

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PLANO DE TRABALHO

**Educação a Distância no Brasil e no Ceará: a UAB
e sua relação com a democratização da educação
superior**

**Kátia Regina Rodrigues Lima
Orientador do Pós-Doutorado: Hermínio Borges Neto**

**Fortaleza-Ceará
2013**

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome: Kátia Regina Rodrigues Lima

1.2. IES de Origem: Universidade Estadual Vale do Acaraú

1.3. IES de Destino: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará-UFC

1.4. Período: maio/2013 a abril/2014

1.5. Finalidade: Realização de Estágio Pós-Doutoral

1.6. Linha de Pesquisa: Educação, Currículo e Ensino

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

2.1 Atividades de Pesquisa (Projeto compõe o Plano de Trabalho)

2.1.1. Realização de pesquisa com o fito de analisar a educação a distância no Brasil e no Ceará evidenciando a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e sua relação com a democratização da educação superior.

2.1.2. Mapeamento da EAD no Ceará e em Sobral destacando instituições, cursos, métodos, pólos, modalidade: semipresencial, a distância.

2.1.3. Análise e descrição do funcionamento de experiências da UAB na Universidade Federal do Ceará-UFC; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE; Universidade Estadual do Ceará-UECE; e EAD na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

2.2. Atividades de Ensino

2.2.1. Participação na disciplina PD 0070 Educação a Distância, ofertada para o curso de Pedagogia e Licenciaturas, pelo professor Hermínio Borges e Lis de Maria Torres, na modalidade a distância. A tecnologia utilizada neste curso é a Sequência Fedathi, proposta pedagógica desenvolvida no Laboratório Multimeios.

2.2.2. Mergulho nos ambientes Teleduc, Moodle e facebook usados na disciplina PD 0070 Educação a Distância para compreensão e conhecimentos de um LMS (learning management system). Essa atividade é importante para o conhecimento da metodologia utilizada na FACED, que servirá de base para análise comparativa da proposta da UAB.

2.2.3. Participação no seminário de pesquisa sobre o facebook e sua inserção em um curso a distancia.

2.2.4. Participação no Grupo de Estudo sobre Educação a Distância.

2.3. Participação e /ou Organização de Eventos

2.3.1. Participação no Seminário sobre Políticas de EAD, no âmbito estadual e federal para

atualização sobre o tema e ver o seu estado da arte.

2.3.2. Organização de Seminário sobre EAD no Ceará.

2.4. Estudos teóricos de aprofundamento da temática

2.5. Produção Acadêmica

2.5.1. Produção de artigos em parceria com o professor Hermínio Borges sobre Sequência Fedathi; UAB e as políticas públicas para a EAD; análise comparativa da proposta pedagógica da UAB e a ofertada na FACED.

2.5.2. Produção do Relatório do Estágio Pós-Doutoral.

3. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	SEMESTRES		
	2013.1	2013.2	2014.1
Estudos teóricos de aprofundamento sobre a temática	XXX	XXX	
Participação na disciplina PD 0070 Educação a Distância ofertada para o curso de Pedagogia e Licenciaturas.	XXX	XXX	
Mergulho nos ambientes Teleduc, Moodle e facebook usados na disciplina PD 0070 Educação a Distância.	XXX	XXX	
Participação no seminário de pesquisa sobre o facebook e sua inserção em um curso a distância.	XXX	XXX	XXX
Participação no Grupo de Estudo sobre Educação a Distância.	XXX	XXX	
Realização da Pesquisa	XXX	XXX	XXX
Participação no Seminário sobre Políticas de EAD, no âmbito estadual e federal.	XXX	XXX	
Organização de Seminário sobre EAD no Ceará.		XXX	
Produção de artigos		XXX	XXX
Produção do Relatório do Estágio Pós-Doutoral.			XXX

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ-UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FACED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Educação a Distância no Brasil e no Ceará: a UAB e
sua relação com a democratização da educação
superior?**

Kátia Regina Rodrigues Lima

**Fortaleza-Ceará
2013**

INTRODUÇÃO

A temática *democratização da educação superior* retorna ao proscênio nos debates na década de 1990, em decorrência da redefinição do papel do Estado e das implicações político-sociais na educação superior brasileira, realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Nos governos Lula (2003-2010) e governo Dilma (2011-atual), essa problemática ocupou e continua a ocupar espaço privilegiado na agenda do Ministério da Educação. Os sucessivos ministros da pasta da Educação enfatizam que é preciso criar políticas públicas direcionadas à ampliação do acesso e à democratização da educação superior.

A pesquisa tem como objeto a política pública educacional — materialização da intervenção estatal — do governo Lula da Silva e Dilma Rousseff no campo da educação superior, tendo como foco a Educação a Distância (EAD) e sua relação com a democratização da educação superior.

O tema em tela reveste-se de extrema importância no contexto atual, no qual está em curso uma “reforma” universitária que tem como idéias-força a educação como “bem público”; que “a educação superior deve atender às demandas sociais”, ou a ideologia da responsabilidade social e a “expansão da educação superior”;

REVISÃO DA LITERATURA

O desenvolvimento engendrado posteriormente aos anos 1920 no Brasil, para diversos autores, ocorreu sob a égide do nacional-desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo, em que o Estado foi protagonista do processo de industrialização. Bielschowsky caracteriza o desenvolvimentismo “como a ideologia da superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização planejada e orientada pelo Estado” (2001, p.118).

A partir da década de 1990, esse modelo passou a ser seriamente questionado pelas classes dominantes brasileiras e iniciou-se o ciclo de “reformas” do Estado, ou seja, o Estado, que era visto como solução para compensar as deficiências de capitais da burguesia nacional e como promotor do desenvolvimento, passou a ser encarado como um problema e um estorvo.

As entidades representantes do sistema financeiro foram as primeiras a aderir ao ideário neoliberal e contestar o “estatismo”, propugnando o receituário adotado por outros países latino-americanos.

Boito Jr. (1999) assevera que, comparado a países como o Chile e Argentina, que aderiram ao neoliberalismo na década de 70 e 80 do século passado, o Brasil entrou mais tarde, não em virtude de pruridos nacionalistas da burguesia, mas em razão da resistência da classe trabalhadora que avançava em termos organizativos e políticos na luta contra o regime militar.

A década de 1990, certamente, é um marco para a história do País no plano social, político e econômico. O governo Collor com seu estilo “bateu-levou” e sua escassa base social, pelo fato de representar um setor marginal das oligarquias nordestinas, não conseguiu levar a cabo o projeto neoliberal, não só pela força ainda ativa do movimento sindical e popular, mas também pela divisão interburguesa.

A assunção de Fernando Henrique à Presidência da República cristalizou o que Fiori intitulou de *cosmopolitismo de cócoras*, ou seja, a saída para o País seria a sua submissão à divisão do trabalho internacional nos moldes das chamadas agências multilaterais e do Fundo Monetário Internacional-FMI e o atrelamento ao sistema financeiro internacional.

A década de 1990 se notabilizou em Investimento Externo Direto-IED e foi exatamente durante os dois mandatos de Fernando Henrique, com as privatizações, a abertura comercial, a paridade com o dólar, que o investimento externo ocorreu em profusão para o Brasil, vale dizer, esse investimento aportou no País não em busca da criação de plantas industriais, da instituição de empresas, mas da “venda” das estatais, inclusive com recursos do BNDES.

A diminuição do Estado, no tocante às políticas sociais (direitos sociais inscritos na Constituição) que passaram por uma crescente desconstitucionalização, foi racionalizada como uma necessidade de diminuir o Custo Brasil, que supostamente encarecia os produtos brasileiros, impedindo-os de obter competitividade.

Essa perspectiva levou o País a uma inserção passiva no processo de “globalização”, aumentando a instabilidade e a crise, pois, segundo Berhing (2003), tal política, além da perda de soberania pelo fato de o Estado Nacional perder sua autonomia no manejo de escolhas estratégicas para o desenvolvimento do País, ele fica cada vez mais dependente de decisões externas.

O processo de privatizações, desregulamentação, abertura comercial, levado a cabo, principalmente na década de 1990, foi tão prejudicial à economia dos países latino-americanos, especialmente ao Brasil, que se fala em uma tendência à recolonização pelo grau acentuado de controle da economia, por parte dos países centrais do capitalismo, e pela desnacionalização vertiginosa da economia e dos centros decisórios políticos dos países atrasados.

A educação não ficou infensa a essas transformações, que reconfiguraram a relação entre as classes e o Estado no Brasil. Foi efetivado outro ordenamento legal para dar suporte à reforma educacional no âmbito da educação básica e superior. É proposto, em termos legais para a educação superior, a LDB 9.394/96, os decretos nº 2.207/97 e nº 2.306/97, o Plano Nacional de Educação (2001-2010), que expressam a óptica neoliberal — a quebra do modelo universitário baseado na tríade ensino-pesquisa-extensão e a diferenciação das IES que passam a ser assim classificadas: universidades, centros universitários, faculdades integradas, institutos superiores ou escolas superiores.

O modelo humboldtiano de universidade, com o tripé ensino-pesquisa-extensão, assegurado pela Constituição Federal de 1988, por meio do Artigo 207, é considerado oneroso e improdutivo. A proposta é a transformação das entidades de serviços do Estado em “organizações sociais”, entre as quais estão as universidades federais, que passariam a ser regidas por um contrato de gestão.

A expansão da educação superior efetivou-se mediante processo desenfreado de privatização e mercantilização da educação superior, e por meio da diversificação do sistema. Outro elemento importante foi a flexibilização curricular e as certificações parciais para cursos de curta duração.

A educação a distância foi outro mecanismo presente nesse cenário. A LDB nº 9.394/96 definiu a EAD como modalidade de ensino. A partir de 1998, houve um aumento considerável do número de credenciamento e autorização de cursos superiores regulares de educação a distância¹.

No tocante à questão social, seguindo as diretrizes do Banco Mundial — as políticas focalizadas —, abdicou-se da defesa de políticas sociais universais,

¹ Os pedidos totalizaram 87 e, destes, 80% consistiam em solicitações para cursos de graduação de formação de professores. E 60% do percentual citado anteriormente correspondiam a pedidos para cursos de Pedagogia e de Normal Superior. Outro dado evidenciado no documento aponta que há cerca de 40 mil alunos matriculados em cursos superiores a distância, sendo que, destes, no mínimo, 39 mil participam de cursos para formação de professores.

privilegiando as políticas de combate à pobreza em detrimento dos poucos direitos sociais conquistados. (GONÇALVES e FILGUEIRAS, 2007).

JUSTIFICATIVA

A segunda geração de reforma, pois a primeira foi efetivada no governo FHC, foi levada à cabo pelo governo Lula da Silva. O governo Lula criou grande expectativa, no seio da classe trabalhadora e também no interior da própria academia, de que o Governo eleito mudaria os rumos sociopolíticos, econômicos e educacionais do País.

Após dois mandatos podemos apresentar, a partir de dados, o cenário da educação superior nesse governo.

O País, conforme Censo de 2010, conta 6.379.299 matrículas (5.449.120 presencial e 930.179 a distância). Somente cerca 16% dos brasileiros de 18 a 24 anos estão no ensino superior. O setor público foi responsável por 1.643.298 do total de matrículas e o setor privado respondeu por 4.736.001 de matrículas. Do conjunto de 2.378 instituições de educação superior, 88,3% são privadas (2.100) e apenas 11,7% públicas (278). A diversificação do sistema de ensino se aprofundou. O País tem 2.188 instituições não universitárias, sendo 2.011 privadas; e apenas 190 universidades, sendo 89 do setor privado. A pós-graduação responde por 173.408 matrículas distribuídas em instituições públicas, 144.911, e privadas, 28.497. Totalizando 6.552.707 matrículas na educação superior brasileira.

Em seu governo, Lula da Silva apresentou um conjunto de medidas, por intermédio da mídia, de documentos e legislação tais como, *Grupo de Trabalho Interministerial, Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira; Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da reforma da Educação Superior; A Lei nº 10.801, de 14/04/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES; a Lei de Inovação Tecnológica, 10.973/04; o Decreto Presidencial 5.205/04 que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; a Medida Provisória nº 213/2004 que institui o PROUNI, a Lei da Parceria Público-Privado de nº 11.079/2004; as diversas versões dos anteprojatos de lei da reforma da educação superior e o PL 7.200/06, que trata da reforma da educação superior; a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto nº*

5.800/2006, o decreto presidencial nº 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI; e a criação do Banco de Professor-Equivalente, parte constituinte do Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE, apresentado em 2007; a proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, entre outras.

Desse conjunto de providências, elencamos como elemento de nossa investigação a Educação a Distância (EAD), por considerar que ela apresenta como eixo articulador a ampliação do acesso à educação superior e compõe o conjunto de mecanismos utilizados para expansão do acesso e “democratização” da educação superior no Brasil.

PROBLEMATIZAÇÃO

No início, as tentativas de conceituar educação a distância tomaram como referência a educação presencial — também denominada educação convencional, direta ou face-a-face, em que o professor, presente à sala de aula, é a figura central para definir o que não seria educação a distância.

Teleducação vem de *telos* que, em grego, significa “distância”. Assim como “telefone” se refere a “som a distancia” “televisão” a “visão a distância”, teleducação indica “educação a distância”.

Walter Perry e Greville Rumble (apud NUNES, 1994, p. 9-10) apontam como característica básica da educação a distância

O estabelecimento uma comunicação de dupla via, na medida em que professor e aluno não se encontram juntos na mesma sala requisitando assim, meios que possibilitem a comunicação entre ambos como correspondência postal, correspondência eletrônica, telefone ou telex, rádio, “modem”, videodisco controlado por computador, televisão apoiada em meios abertos de dupla comunicação etc. (...) há muitas denominações utilizadas correntemente para descrever a educação a distância, como: estudo aberto, educação não tradicional, estudo externo, extensão, estudo por contrato, estudo experimental.

Porém, para Nunes, essas denominações são termos genéricos, não servem para descrever com exatidão educação a distância. Esta pressupõe um processo educativo sistemático e organizado que exige, além da dupla-via de comunicação, a instauração de um processo continuado, onde os meios ou os multimeios devem estar presentes na estratégia de comunicação.

Outros autores também contribuem para a conceituação da educação a distância. Antônio Costa afirma que

A educação a distância constitui uma modalidade de ensino diferido, onde o tempo de produção é separado do tempo de uso que, por sua vez, se processa sem que as reações dos alunos possam ser contornadas pela improvisação do professor. A interação professor-aluno se efetiva intermediada por algum tipo de meio, recurso ou material estrategicamente elaborado, que estimula o aluno à auto-aprendizagem, assumindo, assim, papel ativo na assimilação do ensino, sendo que isto pode ser feito individualmente ou em grupo (1994, p. 42-43)

Dias e Leite (2010), destacam que, para a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) a educação a distância “é a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, em sua maioria, ‘sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora’”. (DIAS e LEITE, 2010, p. 9).

Mattar (2011) amplia essa conceituação incorporando a presença das tecnologias de comunicação nesse processo. Para o autor, “a EAD é uma modalidade de educação, planejada por docentes ou instituições, em que professores e alunos estão separados espacialmente e diversas tecnologias de comunicação são utilizadas” (MATTAR, 2011, p. 3).

Analisando os conceitos, percebe-se que uma das características centrais citadas para a definição de Educação a Distância é a separação física entre professor e aluno, que seria mediada pelo uso de tecnologias da informação e comunicação e de material impresso, bem como o aluno é alçado à condição de agente ativo, através da auto-aprendizagem, mais do que na educação presencial.

A utilização da educação à distância não se constitui uma novidade. Esta já foi utilizada em diferentes momentos e modalidades.

Há autores que dividem a história da EAD em três gerações, quatro gerações e há os que falem em cinco gerações.

MATTAR (2011) assevera que a primeira geração da EAD é a dos cursos por correspondência, tendo surgido em meados do século XIX. A segunda geração é a das novas mídias e universidades abertas; caracterizada pelo uso de mídias como o rádio, a televisão, fitas de áudio e telefone, e pela criação das universidades abertas influenciadas pela Open University, de 1969. A terceira geração é a EAD *on-line*, com a introdução da “utilização do videotexto, do microcomputador, da tecnologia de

multimídia, do hipertexto e de redes de computadores, caracterizando a EAD *on-line*” (MATTAR, 2011, p. 6).

Dias e Leite (2010) fazem referência aos autores Cabral, Oliveira e Tarcia (2007) que dividem a história da EAD em quatro gerações. A primeira baseada em textos impressos ou escritos a mão; a segunda marcada pelo uso da televisão e do áudio; a terceira pela utilização multimídia da televisão, texto e áudio; a quarta organizada em torno do computador e internet.

Os autores supracitados destacam também a divisão feita por Taylor (2001) em cinco gerações: o Modelo por Correspondência, usando a tecnologia de impressão; o Modelo Multimídia, usando tecnologias impressas e audiovisuais; o Modelo de Teleaprendizagem, baseada em tecnologias de comunicação; Modelo de Aprendizagem flexível, com a utilização da internet para envio *on line* do material; a última, emergindo e derivando da quarta geração, visa potencializar a utilização dos recursos da internet e *web*.

Moore e Kearsley (2011), também asseveram que o percurso histórico da EAD é dividido em cinco gerações: a primeira, por correspondência; a segunda, pela difusão pelo rádio e televisão; a terceira, caracterizada principalmente pelas universidades abertas; a quarta pela “experiência de interação de um grupo em tempo real a distância, em cursos por áudio e videoconferência transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores”; a geração mais recente dá-se *on line*, “em classes e universidades virtuais, baseadas em tecnologias da internet”. (MOORE e KEARSLEY, 2011, p. 25).

No Brasil, nos anos 1990, As bases legais da EAD foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seu artigo 80.

art. 80- o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º - a educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela união.

§ 2º - a união regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º - as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistema de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º - a educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

- II- concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
- III- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais.

A Educação a Distância é caracterizada como modalidade educacional, organizada segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares por meio do Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394/96.

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005, p. 1).

Pode ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades: educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional (técnico, nível médio e tecnológico, nível superior), educação superior (seqüenciais, graduação, especialização, mestrado e doutorado).

Momentos presenciais fazem parte do processo. São eles: a) avaliações de estudantes; b) estágios obrigatórios; defesa de Trabalho de Conclusão de Curso; atividades de laboratórios de ensino.

A Portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004, permite a introdução da oferta de disciplina “integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial”, de cursos superiores reconhecidos, desde que não ultrapasse vinte por cento da carga horária total do curso, permanecendo a obrigatoriedade da avaliação presencial.

Em 1996, o Ministério da Educação² criou a Secretaria de Educação a Distância (SEED)³ que teve como um de seus objetivos “formular, fomentar e implementar políticas e programas de EAD, visando à universalização e democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação”(DIAS e LEITE, 2010, p. 24).

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído mediante o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, como sistema “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e

² O Ministério da Educação, em 2003 elabora os Referenciais de Qualidade para Educação a Distância. Esse documento é atualizado por uma comissão de especialistas em 2007. O documento faz referência a aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

³ A Secretaria de Educação a Distância foi extinta e seus programas e ações estão vinculados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no país”, conforme art. 1º do referido decreto.

São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação. (BRASIL, 2006, p. 1)

A UAB oferta cursos e programas de educação superior a distância em colaboração com entes federativos por meio de instituições públicas de ensino superior. (DECRETO 5.800/2006).

No Ceará, os cursos e programas da UAB são ofertados pela Universidade Federal do Ceará-UFC, Universidade Estadual do Ceará-UECE, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE⁴.

As IES supracitadas ofertam cursos de Licenciatura, Bacharelado, Extensão, Pós-Graduação *Lato Sensu* e Tecnólogo.

A instituição do Sistema UAB consolidou a modalidade de ensino a distância no Brasil que corresponde a 14,6% do total de matrículas em 2010, das quais 80,5% no setor privado. As matrículas nos cursos de graduação a distância já chegam a 930.179, sendo 426.241 na licenciatura; 268.173 no bacharelado e 235.765 no tecnológico. A educação presencial conta com 5.449.120 matrículas assim distribuídas: 3.958.544 no bacharelado; 928.748 na licenciatura e 545.844 no tecnológico.

Ocorre a presença da EAD também nos cursos seqüenciais, embora tímida. Existem somente 5 cursos seqüenciais a distância no País, concentrando 741 matrículas.

⁴ Dados extraídos do catálogo da UAB no sítio da CAPES.

Enquanto que o seqüencial presencial tem 255 cursos, respondendo por 27.693 matrículas. Na região Nordeste são 48 cursos seqüenciais com 6.546 matrículas e nenhum curso a distância.

No Nordeste, 29 instituições ofertam ensino de graduação presencial e 29 a distância. São 2.086 cursos de graduação presencial e 155 a distância. As matrículas estão distribuídas na graduação presencial, 390.489 e na graduação a distância, 83.978.

O número de pólos de graduação a distância no Brasil é de 5.367 abrangendo 930.179 matrículas. O setor público é responsável por 1.192 matrículas enquanto que o setor privado totaliza 4.175 matrículas. As universidades brasileiras congregam 3.669 pólos contabilizando 654.737 matrículas. O número de pólos de cursos de formação específica a distância no Brasil são 9 com 741 matrículas.

O censo de 2010 mostra os cursos de graduação a distância por áreas gerais. Assim temos: 930 cursos de graduação a distância. Na área de educação são 518 cursos, 190 privados e 328 públicos; na área de Humanidades e Artes são 14 cursos, 2 públicos e 12 privados; na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito são 295 cursos, 225 privados e 70 públicos; na área de Ciências, Matemática e Computação são 39 cursos, 25 privados e 14 públicos; na área de Engenharia, Produção e Construção são 15 cursos, 12 privados e 3 públicos; na área de Agricultura e Veterinária são 7 cursos, 5 privados e 2 públicos; na área de Saúde e Bem-Estar Social são 17 cursos, 16 privados e 1 público; na área de Serviços são 25 cursos, 21 privados e 4 públicos.

No Ceará os cursos de graduação na modalidade a distância estão bastante desenvolvidas. Há 115 pólos, sendo 45 de instituições públicas e 70 privadas. Esses pólos totalizam 15.629 matrículas, 5.983 destas estão nas IES públicas (3.508 na federal e 2.475 na estadual) e 9.646 nas IES privadas. As universidades concentram 14.743 matrículas (5.983 públicas e 8.760 privadas).

Conforme dados do e-MEC, em Sobral a EAD é ofertada pelo Centro Universitário Internacional- UNINTER, Faculdade de Tecnologia e Ciências-FTC Salvador, Faculdade Educacional da Lapa-LAPA, Universidade Anhanguera-UNIDERP-UNIDERP, Universidade Castelo Branco-UCB, Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, Universidade Norte do Paraná-UNOPAR, Universidade Paulista-UNIP, Universidade Salvador-UNIFACS.

Na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA a EAD (semi-presencial) é ofertada mediante disciplinas (100% ou 20% da carga horária da disciplina). Em 2012.1

foi ofertada nos cursos de Ciências Contábeis, Matemática e Física. Em 2012.2, nos cursos de Ciências Contábeis, Matemática, Física e Ética. No ano de 2013.1 a ofertada foi ampliada e abrange os cursos de Administração, Ciências Sociais, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Direito, Filosofia (bacharelado), Física, Geografia e Matemática.

Para apreender essa realidade, consideramos necessário alicerçar nossa análise tendo como ponto de partida dois blocos de indagações:

Que relação se estabelece entre a reforma do Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff e a democratização da educação superior? Quais os fundamentos da política da modalidade Educação a Distância no Brasil? Qual o histórico da EAD no âmbito internacional e nacional? Que instituições promovem EAD no Ceará (instituições, métodos, pólos, modalidade: semipresencial, a distância)? Como se organiza pedagogicamente a UAB no Ceará (processo, metodologia, certificação, nível de frequência/desistência, custo-aluno, financiamento, dentre outros)?

O segundo bloco é concernente à repercussão dessa política no campo da educação superior em Sobral.

Que instituições públicas e privadas ofertam EAD em Sobral (instituições, cursos, métodos, pólos, modalidade: semipresencial, a distância)?

OBJETIVOS GERAIS

OBJETIVO GERAL

Analisar a educação a distância no Brasil e no Ceará evidenciando a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e sua relação com a democratização da educação superior.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar a reforma do Estado brasileiro e sua relação com a democratização da educação superior.

Evidenciar os fundamentos da política da educação a distância no Brasil.

Traçar panorama histórico da educação a distância no âmbito internacional e nacional.

Mapear as instituições que promovem EAD no Ceará e em Sobral evidenciando instituições, cursos, métodos, pólos, modalidade: semipresencial, a distância.

Investigar como se organiza pedagogicamente a UAB no Ceará (processo, metodologia, certificação, nível de frequência/desistência, custo-aluno, financiamento, dentre outros). Analisar e descrever o funcionamento de experiências da UAB (UFC, IFCE, UECE), e EAD-UVA.

METODOLOGIA – MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo ora apresentado inscreve-se no campo da Educação Superior e tem como recorte temporal uma periodização que vai de 2003 a 2014. Tal recorte deve-se à intenção de analisar a educação a distância no Brasil e no Ceará evidenciando a Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada no governo Lula da Silva e em funcionamento no governo Dilma Rousseff, e sua relação com a democratização da educação superior.

No tocante ao desenvolvimento da pesquisa, expressamos que esta será constituída de fases diversas: 1) levantamento e revisão bibliográfica das temáticas: políticas públicas, reforma do Estado, Educação a Distância; 2) levantamento e análise de fontes documentais referentes à educação a distância, tais como decretos, portarias; leis; resoluções, relatórios, estatísticas, revistas, matérias em jornais, material impresso e eletrônico, dentre outros; 3) visitas aos campi das instituições ofertantes da UAB e EAD selecionadas; 4) realização de entrevistas com representantes/responsáveis institucionais pelas experiências de UAB e EAD selecionadas para pesquisa empírica.

A análise documental é uma técnica valiosa de coleta de dados, servindo para complementar as informações obtidas por outras técnicas e/ou para revelar aspectos novos de um tema ou problema, e "busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse." (CAULLEY apud LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38). Possibilita ao pesquisador o estudo e análise dos documentos buscando compreender a teia de relações sociais e econômicas a qual podem estar relacionados. (RICHARDSON, 1999).

A entrevista é um dos instrumentos básicos dentro da perspectiva da nossa investigação. Consiste em uma interação social que permite abordar temas complexos, em profundidade, proporcionando informações acerca das expectativas, do saber, dos desejos, das intenções, do dito, do feito.

No processo de pesquisa utilizaremos uma abordagem qualitativa, por considerá-la capaz de uma análise mais adequada do objeto de estudo. A pesquisa qualitativa, segundo Boogdan e Biklen apud Ludke, (1986, p. 13), envolve

a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada. Enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

A pesquisa qualitativa é bastante adequada à análise das políticas sociais, que se caracterizam por: ter um objeto multidimensional; ser de orientação empírico-indutiva; se reportar ao futuro, bem como ao passado; ser sensível aos utilizadores dos resultados (POUPART et al, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano. IN: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; REGO, José Marcio (Org.). **A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRASIL. **Lei 9.394 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 8 de abril de 2013.

_____. **Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf. Acesso em 8 de abril de 2013.

_____. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5622.pdf>. Acesso em 12 ago. 2012.

_____. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil- UAB. Disponível em

<http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/decreto5800.pdf>. Acesso em 12 ago. 2012.

_____. **Censo do ensino superior de 2010**. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 27 fev. 2011.

COSTA, Antônio Luiz de Macêdo. **Educação à distância**: uma alternativa para o fortalecimento do ensino municipal. Revista Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro, v. 22, n. 119/120, p. 42-45, jul/out, 1994.

DIAS, Rosilânia Aparecida; LEITE, Lígia Silva. **Educação a distância**: da legislação ao pedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. **A Economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LÜDKE, Menga, e ANDRË, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação à distância. **Revista Educação à Distância**. Brasília, INED, v.3, n. 4/5, p. 7-25, dez.93/abr.94, 1994.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução por Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Tradução de La recherche qualitative.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.